O EMBAIXADOR, A PÉRSIA E OS MAPAS

Zoltán Biedermann

As viagens e os mapas constituíram-se durante séculos como um binómio inseparável[1]. Para viajar, são precisos mapas. Para desenhar mapas, foi até há pouco tempo preciso viajar. E no entanto, esta relação aparentemente natural tem, ela própria, uma história. Ainda nos séculos XVI e XVII, precisamente quando, no âmbito da expansão europeia, se produziram centenas de mapas novos da Ásia, de África e das Américas, a maioria dos viajantes pouco ou nada sabiam de cartografia[2]. Está claro que quem tinha responsabilidades no comando das naus que rumavam de Lisboa para a Índia tinha de saber manejá-los. É também inegável que muitos navegantes portugueses, especialmente entre os que sulcavam as águas do Atlântico, conheciam os fundamentos técnicos subjacentes à feitura das cartas marinhas. Mas já entre os navegantes dos mares asiáticos o uso das cartas era menos comum, e por boas razões: para atravessar, por exemplo, o Mar das Arábias, bastava em geral esperar pela monção favorável e seguir algumas regras básicas de orientação. Se, ao ir-se da Índia para Ormuz, primeiro se avistasse algum porto da Arábia, esse não seria um problema de vulto. Em águas mais traiçoeiras, como as do Mar Vermelho ou do Golfo Pérsico, confiar em mapas poderia mesmo ser francamente perigoso. Aqui, o mais seguro continuou a ser, durante toda a época moderna, o emprego de pilotos locais que operavam com base na experiência acumulada de muitas gerações de navegadores.

Don García de Silva y Figueroa era um homem desconfiado dos mapas e daqueles que os usavam, e por mais do que uma razão. Do seu diário depreende-se que acreditava numa vasta conspiração dos cartógrafos portugueses para distorcer a face do globo e trazer a Índia mais para Oeste do que a sua posição real, permitindo assim às Molucas entrarem no hemisfério lusitano demarcado pelos meridianos de Tordesilhas (1494) e Saragoça (1529) (SILVA 2011: 49-52)[3]. Está também claro que o embaixador, homem erudito e de um orgulho cuidadosamente cultivado face aos seus interlocutores portugueses, tendia a entreter relações conflituosas com capitães e pilotos, 'homens práticos' que ele via manejar mapas e instrumentos de precisão, mas que também se enganavam nos seus cálculos e tinham dificuldade em admitir

os seus erros. Foi certamente com deleite que, no dia 25 de julho de 1614, apontou no seu diário:

> «es tan acaso y con tanta inçertidunbre, en todos los mas expertos Marineros, atinar en algo y hallar qualquiera, verdadera distançia en los Grados de longitud, por donde se nauega, que con ser este viage tan vsado y trillado dellos, se engaño Gaspar Ferreyra nuestro piloto mayor aunque tenido por tan gran Marinero, en mas de .400. leguas» (SILVA 2011: 38-39).

Não é isto para dizer que Silva y Figueroa não olhasse para as cartas marinhas com certa curiosidade. Das suas entradas de diário redigidas no Atlântico depreende-se que estava a par da configuração cartográfica do espaço que a sua nau percorria, e que tinha certo interesse em seguir a rota exacta em diálogo com a tripulação. Mas a sua atitude era fundamentalmente cética, e esta desconfiança só podia aumentar quando do mar o embaixador passou à terra. Para Silva y Figueroa, como de resto para qualquer viajante que atravessasse largas áreas terrestres da Ásia, a utilidade de transportar mapas era tudo menos evidente. No interior dos continentes, a fiabilidade da cartografia renascentista tocava o seu ponto mais baixo. Basta, para entender esta inutilidade, consultar qualquer mapa terrestre dos séculos XVI ou XVII e tentar imaginar como um viajante planearia etapa após etapa de um itinerário que o levasse, por exemplo, desde Ormuz no sudeste do atual Irão (ALAI 1995: 12-17), até Tabriz no noroeste do Império Safávida. Dada a escala dos mapas em questão, a informação que continham sobre a topografia do terreno era praticamente nula. No melhor dos casos, um viajante poderia ganhar uma impressão – assaz vaga, diga-se – da sucessão de cidades pelo caminho, e da direção aproximada que a viagem tomaria. Tudo o mais tinha de ser decidido com base em conhecimentos locais ou, hipoteticamente, diários de viajantes anteriores. Ora, o que todas estas fontes tinham em comum é que descreviam o espaço não tanto pela imagem como pela palavra.

Eis um aspeto contra-intuitivo da história das viagens na época moderna: a linguagem mais fiável para a representação dos espaços que se iam percorrendo e 'descobrindo' era textual, mais do que pictórica. É portanto com certa precaução que devemos aproximar-nos da temática dos mapas que Silva y Figueroa poderia (ou não) ter usado na sua viagem. Podemos certamente estudar a temática, mas precisamos de recordar em permanência como os mapas serviam propósitos outros que não fossem o de encontrar o caminho certo em cada etapa da viagem. Uma das funções mais importantes da cartografia seria a de situar o espectador numa paisagem mais ampla, de ajudar a visualizar a constelação dos continentes e das principais forças políticas em jogo, e de dar uma ideia de onde, aproximadamente, se situavam

as cidades distantes de que se ouvia cada vez mais falar. Algumas outras funções da cartografia também não são de menosprezar: como qualquer artefacto caro e raro, os mapas ajudavam a criar uma aura de exclusividade a quem os manuseava, quer fossem os seus proprietários, quer quaisquer outras pessoas autorizadas a admirá-los. Podiam também servir como presentes, nomeadamente em contextos diplomáticos – o que, no entanto, não parece ter sucedido no âmbito da missão de Silva y Figueroa. Por fim, e este sim parece ser um aspeto merecedor de atenção neste contexto, os mapas podiam ajudar a visualizar geograficamente a história. Sabemos como o nosso viajante se debruçou sobre os Clássicos, como procurou as pegadas de Alexandre Magno, e como tentou entender a geografia política e religiosa de toda a Ásia Central com base num conhecimento histórico profundo. Aqui, sim, os mapas seguramente foram um auxiliar útil, uma realidade com a qual o embaixador terá entretido uma relação de certa cumplicidade[4]. No seu texto, porém, esta realidade pictórica está claramente sujeita ao poder e à suprema fidelidade da palavra. Como tantos outros autores da sua época, Silva y Figueroa acreditava no poder da palavra escrita e na sua capacidade de representar sem outros recursos os fenómenos mais complexos da geografia do planeta.

Será então legítimo perguntarmo-nos que materiais cartográficos poderá Silva y Figueroa ter consultado? Sim, enquanto tivermos em conta todos estes aspetos que distanciam os mapas daquilo que nós consideramos intuitivamente ser o seu uso mais comum. E mesmo assim, a dúvida persiste sobre como proceder. Afinal de contas, nenhuma passagem dos *Comentarios* refere qualquer mapa em concreto. Embora pareça improvável que Silva y Figueroa não tivesse consultado mapas antes da sua partida, é perfeitamente possível que na sua bagagem não levasse nenhum. A verdade é que, pura e simplesmente, não sabemos. Consideremos então, com todas estas cautelas, que mapas estariam *ao dispor* de Don García em Madrid ou Lisboa antes da sua partida para a Pérsia. Falamos, naturalmente, de mapas que representariam a própria Pérsia e de algum modo forneceriam informação sobre essa região específica – pois mapas do mundo ou mesmo da Ásia como um todo eram coisa que não escasseava, e que não cabe no presente contexto discutir.

A cartografia portuguesa da Pérsia dera os seus primeiros passos com o mapeamento do Golfo Pérsico no início do século XVI[5]. Estas atividades tinham-se desenrolado numa época em que os portugueses consolidavam a sua presença num mar pequeno onde o controlo dos Safávidas era, na prática, mínimo[6]. Os esforços cartográficos portugueses resultaram em tentativas sucessivas de aproximação a um espaço complexo, permitindo o aparecimento de formas assaz diversas do Golfo nos mapas da primeira metade do século XVI[7]. Temos assim cartas de Pedro Reinel

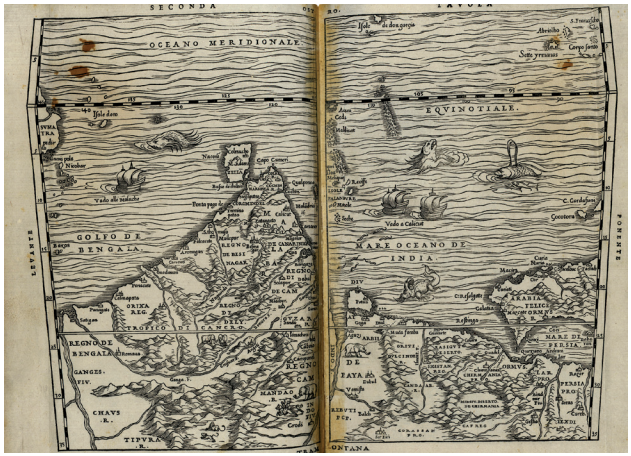
(1510, 1517, 1519, 1522), Francisco Rodrigues (1513), Jorge Reinel (1519, ca 1519), Nuño García de Toreno (ca 1525), Juan Vespucci (1526), Diogo Ribeiro (1527, 1529, 1530), Gaspar Viegas (ca 1537), Giovanni Battista Agnese (ca 1540), vários anónimos (ca 1545, 1547, ca 1550-60, ca 1560), André Homem (1559), Bartolomeu Velho (ca 1560), Diogo Homem (1561), Lázaro Luís (1563), Sebastião Lopes (1565), Fernão Vaz Dourado (ca 1570) e Joan Martines (1578) – para mencionar apenas uma parte do acervo existente[8].

O que não sabemos é se Silva y Figueroa teria, nalgum momento, tido acesso a qualquer mapa deste tipo, nomeadamente durante a sua passagem por Lisboa, onde, a despeito de certo declínio, a Casa da Índia seguia sendo um repositório cartográfico importante por volta de 1600. Sendo manuscritos, os mapas acima referidos não circulavam com a mesma facilidade que os mapas impressos. De resto, mesmo que Silva y Figueroa tivesse podido ver algum deles, pouco teria aprendido sobre a geografia da Pérsia. Geralmente falando, estes mapas forneciam pouca informação topográfica sobre o interior dos continentes, limitando-se a dar nomes de regiões e, quando muito, preenchendo as restantes áreas brancas com imagens de animais, plantas, cidades estereotipadas ou detalhes paisagísticos sem uma relação próxima com a realidade física em questão. A informação veiculada sobre essas zonas era de uma natureza diferente daquela que se via nos litorais. Dito isto, cabe sublinhar como as superfícies topograficamente 'vazias' do papel revelam não uma ignorância absoluta, mas sim relativa. Os métodos usados para cartografar os litorais não podiam ser aplicados da mesma maneira aos interiores, e portanto os cartógrafos marítimos preferiam, regra geral, não proceder a um mapeamento minucioso dessas zonas. Cartografar com algum rigor uma linha costeira a partir de um navio português era incomparavelmente mais praticável do que cartografar o interior de um país como a Pérsia.

Esta inibição face à cartografia terrestre acabou por selar o destino da tradição portuguesa, incapaz de adaptar-se aos mercados modernos impulsionados pela imprensa cartográfica[9]. Enquanto noutros países europeus se começou, nos séculos XVI-XVII, a imprimir mapas em grandes quantidades, tal não aconteceu em Portugal. Os mapas portugueses acabaram assim por exercer uma influência mais indireta do que direta sobre a restante cartografia europeia, sendo copiados e depois amplamente re-copiados em oficinas de imprensa na Itália e nos Países Baixos (cf. BIEDERMANN 2006b: 157-235). Mas as cópias assim feitas não se resumiam a um mero plágio, conceito de resto pouco significativo para o estudo da história cultural moderna. Enquanto a cartografia portuguesa se concentrara em representar os contornos dos continentes, a nova cartografia ítalo-flamenga, mas também alemã,

francesa e inglesa, mais consciente das possibilidades comerciais de uma produção impressa massificada, dedicou-se a preencher as áreas deixadas em branco por aquela, povoando os interiores com centenas de nomes de cidades – reais e muitas vezes imaginárias. Não surpreende que a cartografia da Pérsia sofresse assim os seus mais visíveis avanços nos séculos XVI e XVII fora do âmbito estritamente ibérico, em Veneza e nos Países Baixos, às mãos de cartógrafos-impressores como Giacomo Gastaldi em Veneza, Abraham Ortelius em Antuérpia, e Gerard Mercator em Lovaina e Duisburgo. Vendidos em tiragens de milhares de cópias, os seus produtos exerceram uma influência duradoura.

Gastaldi em particular foi pioneiro na recolha de informação sobre a Pérsia, bebendo em fontes diplomáticas e comerciais variadas, às quais tinha um acesso privilegiado em Veneza[10]. A ele se deve o primeiro mapa moderno cujo título inclui o nome da Pérsia – a *Persia Nova Tabula* de 1548[11] – e ainda o mais importante mapa da Anatólia, Pérsia e Ásia Central produzido no século XVI, intitulado *Disegno della Prima Parte de l'Asia* de 1559 (ALAI 2005: 57). Sabemos que Gastaldi colaborou, em Veneza, com o editor de uma das maiores e mais importantes coletâneas de relatos de viagem da época, Giovanni Battista Ramusio. Vejamos portanto este autor primeiro. As *Navigationi et Viaggi*, obra baseada em parte substancial em textos de origem portuguesa, foram publicadas em três volumes, impressos em 1550, 1559 e 1556, respetivamente. Dentro desta obra monumental, da qual a Biblioteca Nacional



Gravura 2 | Giacomo Gastaldi | Catálogo n.º 42

de Portugal possui um exemplar, o único mapa que mostra pelo menos uma parte da Pérsia encontra-se no primeiro volume (cf. Gravura 2).

Trata-se de um mapa que cobre todo o Oriente, desde a Pérsia e Arábia até ao delta do Ganges no *Regno de Bengala*, com Goa e Diu em posições de destaque. No entanto, as partes da Pérsia não só ocupam uma posição periférica, como também se encontram truncadas. Apenas a parte oriental deste vasto reino aparece no mapa, incluindo, para além de Ormuz, as cidades de *Siras* (Xiraz) e *Iexdi* (Yazd). É portanto compreensível que Ramusio tivesse por ambição incluir um mapa mais completo e detalhado da região no seu segundo volume das *Navigationi*, também dedicado, em boa parte, às coisas da Ásia. No entanto, os mapas originais desenhados para esse volume foram destruídos no incêndio que consumiu a oficina de Ramusio em 1557[12].

O que, sim, mostra a Pérsia em todo o seu esplendor são os mapas feitos diretamente na oficina do compatriota e colaborador de Ramusio, Giacomo Gastaldi (já acima referidos), de 1548 e, especialmente, de 1559[13]. Os mapas de Gastaldi são artefactos raros que hoje só se encontram em poucas bibliotecas. No entanto, a sua riqueza é deslumbrante, e muito embora não possamos contemplá-los em nenhuma coleção portuguesa, podemos aceder aos seus conteúdos indiretamente, através dos mapas que Abraham Ortelius, baseando-se no cartógrafo veneziano, imprimiu na Flandres pouco mais de uma década depois. O processo de cópia e adaptação que liga a produção veneziana à de Antuérpia queda bem visível no mapa da Pérsia que o cartógrafo de Antuérpia incluíu em 1570 no seu *Theatrum Orbis Terrarum*, presente na Biblioteca Nacional de Portugal sob forma de uma reedição em língua italiana datada de 1612 (cf. Gravura 3).

Num primeiro passo, Gastaldi adaptou as linhas costeiras da região – ou seja, os contornos do Golfo Pérsico – a partir de mapas portugueses ou de inspiração portuguesa. Para o Mar Cáspio, recorreu a uma velha imagem (de forma oval), de tradição ptolemaica, em combinação com informação toponímica mais recente[14]. Para o Mar Negro, ter-se-á baseado num modelo surgido ao longo da Idade Média tardia na própria região mediterrânica, densamente coberta por redes de comércio e de informação genovesas e venezianas. Para as zonas interiores dos impérios otomano e safávida, por fim, Gastaldi usou as memórias (escritas, mas presumivelmente também orais) de viajantes e diplomatas que conheciam a região. Conforme demonstrou a historiadora da ciência Sonja Brentjes, as fontes de Gastaldi eram múltiplas – e muitas quedam certamente por identificar nos arquivos de Veneza e Istambul (cf. BRENTJES 2010b). O resultado do seu labor de compilação e adaptação constitui portanto um verdadeiro *bricolage*. Uma vez impresso o *Disegno* em 1559, era apenas

Gravura 3 | Abraham Ortelius | Catálogo n.º 59

uma questão de tempo até que este mapa pioneiro fosse objecto de apropriação, neste caso às mãos de outro grande cartógrafo-compilador, Ortelius. O mapa deste último, incluído no *Theatrum Orbis Terrarum* com o título *Persici sive Sophorum Regni Typus*, teria sido impensável sem Gastaldi (e, por extensão, os seus modelos portugueses para as partes marítimas). No campo da topografia e toponímia do interior da Pérsia – como aliás do Golfo Pérsico – Ortelius não só traz pouco de novo frente a Gastaldi, como simplifica a imagem do cartógrafo italiano, omitindo quase todos os símbolos que indiciavam relevo (isto é, montanhas e serras) e comprimindo a Pérsia na sua extensão Leste-Oeste[15].

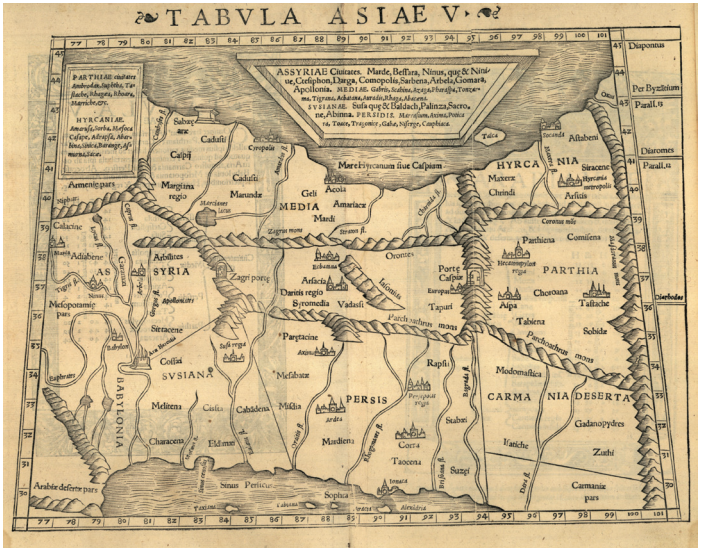
Enquanto Gastaldi havia impresso e vendido os seus mapas em folhas soltas, o empresário antuerpiano descobriu as vantagens de vender mapas recolhidos em livros – assim se inventou o atlas enquanto novo género livresco e veículo de saberes. O mundo inteiro cabia no *Theatrum*, e à medida que novos mapas iam sendo produzidos, eles podiam ser acrescentados ao *corpus* original em sucessivas reedições. O número de exemplares cartográficos cresceu assim exponencialmente:

por uma parte, porque cada *Theatrum* incluía dezenas, se não centenas de mapas diferentes, cobrindo todo o globo à guisa de um atlas moderno. Por outra, porque do *Theatrum* se tiraram numerosas edições. Existem dezenas de reimpressões e outras tantas versões em línguas várias. Fizeram-se também adaptações em tamanhos diferentes. Ao passo que o original era demasiado grande e pesado para servir fora de um ambiente doméstico (ou palatino), também se imprimiu em Antuérpia uma versão de bolso, «*in piccola forma*»[16]. Dada a vitalidade do negócio cartográfico no século XVII, era normal que qualquer mapa assim difundido fosse depois apropriado, copiado e re-inventado por outros cartógrafos e empresários, não só em Antuérpia e Amesterdão, mas também noutros centros europeus de imprensa, como Paris, Londres, Frankfurt, Colónia ou Roma. Gastaldi e Ortelius foram copiados extensamente – na sua totalidade ou por partes – nos Países Baixos, tanto na Flandres espanhola como nas províncias do Norte. Vemos assim a influência direta de Gastaldi, por exemplo, em Gerard de Jode, cuja *Primae Partis Asiae acurata delineatio* (Antuérpia, 1577) constitui em larga medida uma cópia, embora feita em novas placas de cobre e com pequenas alterações face ao original, do mapa de Gastaldi de 1559 (ALAI 2005. 71).

Um outro mapa ao alcance de um viajante como Don García de Silva y Figueroa poderia ter sido o mapa regional incluído no *Itinerário* de Jan Huyghen van Linschoten, desenhado por Henricus Floris Langren, impresso em Amesterdão em 1596[17]. No entanto, muito mais importante para o interior da Pérsia seria qualquer mapa saído da série Mercator-Hondius-Janssonius, inaugurada com o *Atlas* Mercator de 1595. Embora aqui se tratasse de uma produção mais marcadamente protestante (Hondius, por exemplo, fugiu de Gante para Londres depois da conquista da cidade pelo duque de Parma em 1584) não é de crer que Silva y Figueroa pudesse ignorar a sua existência, vista a enorme divulgação da obra de Mercator nas versões de Hondius, Janssonius e outros ao longo das primeiras décadas do século XVII[18]. Existiam também mapas pequenos que poderiam caber em qualquer bolso: por exemplo o mapa *Persiae Regnum* incluído pelo impressor veneziano Giorgio Angelieri na edição de 1596 do *Delle Relationi Universali* de Giovanni Botero (originalmente impresso em Roma em 1591 sem mapas); ou ainda, com base neste, uma versão alemã impressa por Matthias Quad e Johannes Bussemacher em Colónia em 1600 (*Persiae Regnum sive Sophorum Imperium*) (ALAI 2005: 60 e 135).

Por fim, é preciso notar que a representação do espaço (geográfico, político, cultural) era apenas uma das várias funções da cartografia da época. Outra prende-se com a representação, no espaço, da história, e em particular da história antiga. É assaz extraordinária a qualidade, a perspicácia e a abrangência da longa secção

em que Silva y Figueroa procede, no livro sexto, a uma cartografia textual de vastas regiões da Ásia. Aqui sim, parece altamente provável que Silva y Figueroa tivesse um interesse – essencialmente histórico – em visualizar a informação veiculada pelos autores clássicos que consultava, desde Estrabão até Ptolomeu. Na obra do geógrafo alexandrino (cf. Gravura 4), reimpresso na Europa com mapas em numerosas edições desde o final do século XV, o atual Irão era objeto de uma listagem à parte – a conhecida *Quinta Asiae Tabula* – e, consequentemente, de um mapa particular: o mapa número cinco da Ásia[19]. É quase seguro que Silva y Figueroa consultasse alguma destas edições (isto é, o mapa em combinação com a respetiva tabela toponímica), vista a sua familiaridade com toda uma série de autores clássicos, exibida repetidamente nas páginas dos *Comentarios*[20]. A discussão da geografia da região no início do livro sexto é disso o mais forte sinal. Neste sentido, o embaixador sabia que ia atravessar a *Persis* e a *Media*, e possivelmente também a *Susiana* ou a *Parthia* dos Antigos – uma série de territórios cuja unificação no tempo de xá Abbas se refletiu na identificação de todo o território compreendido entre o Golfo Pérsico e o Mar Cáspio como *Pérsia* na cartografia ocidental. Sabia-o e, a deduzir pelo tom das respetivas passagens do seu diário, estremecia perante tal perspetiva.



Gravura 4 | Ptolomeu | Catálogo n.º 21

Importa notar a este respeito como, especialmente na segunda metade do século XVI, aumentou o interesse dos cartógrafos europeus em elaborar mapas sobre a geografia histórica da Europa, África e Ásia, por vezes sob a designação de *geografia sagrada*, com referência ao passado bíblico da velha *oikoumene*. Ptolomeu não era já, no tempo de Silva y Figueroa, tanto uma fonte cartográfica como uma fonte para o estudo da geografia antiga – uma diferença subtil mas significativa[21]. Assim, encontramos no *Theatrum d*e Ortelius, com extensões sucessivas nas várias edições do final do século, um *Parergon* ou apêndice histórico-geográfico que foi crescendo até atingir 38 cartas na versão de 1612, a última que Silva y Figueroa poderia ter consultado antes de partir para a Índia[22]. Aí está incluído, com o número xxxiiij, um mapa da Pérsia que leva o título *Alexandri Magni Macedonis Expeditio*, datado de 1595. Nela encontramos alguns elementos que o nosso viajante teria sem dúvida procurado localizar: a cidade de *Persepolis regia totius Orientis*, as *Pilae Persidis et Susidae*, e *Pasargada ubi Cyri regis sepultura*[23].

O que com tudo isto não se resolve é se Silva y Figueroa teria, verdadeiramente, consultado mapas durante a sua viagem, e que valor lhes atribuiria. Um estudo minucioso das estruturas epistemológicas relativas ao espaço geográfico nos *Comentarios* sugere, como já acima referimos, que o embaixador viajou com menos mapas do que livros, e mostra sem margem para dúvidas que, enquanto confiava nestes, desconfiava profundamente daqueles. Como vimos também, mesmo que tivesse amado os mapas e recorrido a eles para estruturar o seu imaginário geográfico, eles nunca o teriam podido ajudar no próprio caminho que fez de Ormuz até ao coração da Pérsia Safávida. Para isso, os mapas existentes em torno de 1600 eram simplesmente inadequados. Resta-nos assim um quadro mais hipotético que afirmativo, cuja utilidade não deixa, no entanto, de justificar a inclusão de mapas na presente exposição. É possível que a imagem que melhor se adapta ao estilo de Silva y Figueroa seja não tanto um mapa como uma vista urbana: a célebre veduta de Ormuz impressa nas *Civitates Orbis Terrarum* de Georg Braun e Franz Hogenberg (cf. Gravura 5). Com as suas altas muralhas e a sua nobre arquitetura (incluindo as 'torres de vento' que, no sul da Pérsia, ajudavam a ventilar as casas), esta metrópole assemelhava-se a Ádem e Mombaça, mais do que a Calicute ou Cananor. Mas o que a aproxima da escrita do embaixador é a sua minúcia, a sua preocupação com detalhes. Ainda assim, a sua imprecisão topográfica – a fortaleza portuguesa praticamente não aparece enquanto estrutura autónoma, e a forma da cidade é largamente genérica – coloca-a em marcado contraste com o rigor dos retratos que Silva y Figueroa *escreveu* das cidades que visitou.

Estamos ainda longe de entender as complexas relações que os homens como

Silva y Figueroa teciam entre os livros, os mapas, as narrativas locais e de outros viajantes, e as suas próprias memórias enquanto viajantes e sujeitos de um império cada vez mais global. O que sim é certo é que a memória de uma viagem nunca é apenas a memória de uma viagem. Na encruzilhada de todas essas fontes que acabam por sobrepor-se num palimpsesto inextricável de textos, imagens e outras impressões, constitui-se como uma rede complexa cujos fios variados hoje nem sempre conseguimos destrinçar.

Gravura 5 | Georg Braun | Catálogo n.º 56

NOTAS

[1] O presente artigo constitui um resumo daquilo que apresentámos em Biedermann (2011a: 367-393).

[2] Sobre a cartografia renascentista em geral, veja-se Harley & Woodward (2007) (disponível online em http://www.press.uchicago.edu/books/HOC/HOC_V3_Pt1/Volume3_Part1.html).

[3] As citações dos *Comentarios* referem-se a esta edição.

[4] Veja-se em particular uma longa digressão histórica e geográfica no livro sexto dos *Comentarios.*

[5] Cf. os nossos trabalhos Biedermann (2008: 121-133); e Biedermann (2011b: 51-78). Sobre a cartografia islâmica do Índico, veja-se Tibbetts (1992: 256-262).

[6] Sobre a história do reino de Ormuz, veja-se Aubin (1973: 77-179); e ainda Aubin (1994: 27-59).

[7] Vejam-se várias genealogias cartográficas em Biedermann (2006a: 61-75).

[8] Publicámos uma parte significativa destes mapas em Biedermann (2006c). Um número significativo destes mapas encontra-se hoje ou em instituições portuguesas, ou acessível por via electrónica.

[9] O panorama da cartografia terrestre impressa encontra-se documentado em Alai (2005).

[10] Sobre a importância de Gastaldi para Ortelius, cf. Meurer (1991: 71); e Brentjes (2009: 186-187).

[11] O segundo mapa, *Il Disegno della Seconda Parte dell'Asia*, encontra-se reproduzido em Biedermann (2006c: 132-133).

[12] Sobre a história editorial desta obra, veja-se a introdução de R.A. Skelton em Ramusio (1970: 1, v-xiv).

[13] Sobre Gastaldi e a Pérsia, veja-se Brentjes (2010a: 457-476).

[14] Ignorando com isso outra tradição mais recente, de raiz italiana: veja-se Bagrow (1956: 2-10).

[15] Gastaldi coloca a foz do Eufrates em 84º E (84º E também em Ortelius) e o "Lago Burgian" em 116º (112º em Ortelius).

[16] *Comprendio del Teatro del Mondo di Abraham Ortelio. La postrema editione, corretta di nouo, & di alcune tauole aumentata.* Anversa: Nella Librería Plantiniana, 1612 (com dedicatória de 1601).

[17] Este mapa encontra-se reimpresso em Linschoten 1997.

[18] Por exemplo a versão presente na exposição: Gerardi Mercatoris - *Atlas sive Cosmographicae Meditationes de Fabricam Mundi et Fabricati Figura Denuò auctus.* Editio Quarta, Amsterodami: Sumptibus & typis aeneis Iudoci Hondij, 1613.

[19] Veja-se Alai (2005: 17), para um gráfico sobre os outros mapas regionais que cobrem partes do atual Irão.

[20] Veja-se o artigo de Juan Gil incluído no presente catálogo.

[21] Sobre esta transição, veja-se Besse (2003).

[22] *Parergon sive Veteris Geograpiae aliquot Tabulae…*, incluído no final de *Theatrum Orbis Terrarum*, Antuérpia, 1612. O mapa da Pérsia encontra-se reproduzido em Galichian (2004: 133). Sobre a "instabilidade" inerente ao processo de reprodução do *Theatrum* ao longo das décadas, veja-se Broeke (1995: 2-8).

[23] Nos mapas não-históricos de Ortelius, este último lugar aparece como uma cidade chamada "Sepultura".